

TEOLOGIA DO PAPA FRANCISCO

IGREJA DOS POBRES



FRANCISCO DE AQUINO JÚNIOR



INTRODUÇÃO

A centralidade dos pobres e marginalizados e das pessoas em situação de sofrimento em geral é, sem dúvida nenhuma, a característica mais marcante e o aspecto mais determinante do ministério pastoral do Papa Francisco. Eles ocupam o centro de suas preocupações, de sua agenda, de suas homilias, de seus discursos e de suas orientações pastorais. E estão no centro de seus gestos mais impactantes e proféticos. Não são apenas uma questão ou um tema entre outros, mas constituem o coração mesmo de sua vida e de seu ministério. A ponto de se poder reconhecê-lo e nomeá-lo como homem/bispo da misericórdia, no sentido de ter o coração cheio dos miseráveis deste mundo ou de dar o coração aos miseráveis deste mundo. Isso é um fato que se pode constatar sem maiores dificuldades e esforços.

Mas captar a densidade teológica desse fato e, sobretudo, aceitá-la e assumi-la com todas as suas consequências teológicas e pastorais não é nada evidente, nem simples, nem tranquilo. Na melhor das hipóteses isso aparece como consequência da fé ou como desafio pastoral, mas não como o mais central e o mais determinante da fé. Em linguagem teológica convencional, bem ou mal-intencionada, se-

ria uma questão pastoral (importante, necessária), mas não uma questão dogmática (essencial e fundamental). E esse é o ponto que nos interessa aqui.

Queremos mostrar como a insistência de Francisco na centralidade dos pobres, marginalizados e sofredores na Igreja, não é algo conjuntural nem secundário, mas algo constitutivo e determinante de sua identidade; uma dimensão e uma verdade fundamentais da fé; uma questão de ortopraxis eclesial e de ortodoxia teológica. E por essa razão deve ser tomada como uma “nota” fundamental da Igreja.

Para isso, partiremos de uma apresentação do tema tal como aparece na Exortação apostólica *Evangelii Gaudium* e mostramos em que sentido o “ser dos pobres” constitui “uma nota eclesiológica fundamental”. Tão fundamental quanto as clássicas “notas” que aparecem no símbolo niceno-constantinopolitano (una, santa, católica, apostólica), embora sua formulação em termos dogmáticos seja recente e careça ainda de maiores desenvolvimentos e elaborações.

1

“UMA IGREJA POBRE E PARA OS POBRES”

ABORDAGEM TEOLÓGICO-PASTORAL NA EXORTAÇÃO APOSTÓLICA *EVANGELII GAUDIUM*

O projeto de “uma Igreja pobre e para os pobres” está no centro das preocupações e orientações pastorais de Francisco e é a marca evangélica mais característica de seu ministério pastoral. É o que o vincula de modo mais visível e radical à boa notícia do reinado de Deus, centro da vida e missão de Jesus de Nazaré. Aqui está o núcleo e a pedra de toque de seu ministério e do movimento de “conversão” e/ou “reforma” pastoral por ele desencadeado e conduzido.

Não é preciso retomar e repetir as muitas afirmações e os muitos gestos de Francisco que indicam e sinalizam “uma Igreja pobre e para os pobres”: *pobre no jeito de ser* (simplicidade e austeridade no modo de vida e nas expressões simbólico-rituais, despojada dos privilégios e das seduções de poder) e *comprometida com os pobres* (proximidade física dos pobres e defesa de seus direitos, prio-

ridade pastoral). São amplamente divulgados nos meios de comunicação e, assim, de domínio público. Curiosamente, parecem repercutir e impactar positivamente muito mais em outros setores da sociedade que na Igreja ou pelo menos nas instâncias de governo da Igreja.

Aqui, interessa-nos apenas explicitar os fundamentos teológicos da centralidade dos pobres na Igreja apresentados por Francisco, bem como o modo como ele compreende, vive e re-propõe pastoralmente a “opção pelos pobres” para toda Igreja. Para isso, tomaremos como referência sua Exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (EG), onde apresenta de maneira oficial e mais ordenada sua concepção de Igreja e suas preocupações e orientações pastorais.

1. Fundamentos teológicos

Francisco afirma de modo claro e contundente que “para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica” (EG, 198): “no coração de Deus, ocupam lugar preferencial os pobres” (EG, 197) e “esta preferência divina tem consequências na vida de fé de todos os cristãos” (EG, 198) e do conjunto da Igreja. “Inspirada por tal preferência, a Igreja fez uma *opção pelos pobres*, entendida como uma ‘forma especial de primado da prática da caridade cristã, testemunhada por toda tradição da Igreja’” [João Paulo II]; uma

opção que “está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza” [Bento XVI] (EG, 198). Nesse contexto, apresenta e justifica seu desejo de “uma Igreja pobre para os pobres” (EG, 198).

Percorrendo vários textos da Escritura e a reflexão da Igreja ao longo dos séculos, particularmente nas últimas décadas, Francisco vai mostrando como “todo o caminho da nossa redenção está assinalado pelos pobres” (EG, 197) e insistindo, a partir daí, na “conexão íntima que existe entre evangelização e promoção humana” (EG, 178), bem como no primado ou privilégio dos pobres na ação evangelizadora da Igreja:

Não devem subsistir dúvidas nem explicações que debilitem esta mensagem claríssima. Hoje e sempre, “os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho”, e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer. Há que afirmar sem rodeios que existe um vínculo indissolúvel entre nossa fé e os pobres (EG, 48).

Ficar “surdo” ao clamor dos pobres “coloca-nos fora da vontade do Pai e do seu projeto”; “a falta de solidariedade, nas suas necessidades, influi diretamente sobre nossa relação com Deus” (EG, 187). E nisso não há dúvidas, titubeio ou meias palavras. A opção pelos pobres pertence ao coração do Evangelho do reinado de Deus e, enquanto tal, ela é

constitutiva (e não meramente consecutiva e opcional!) da fé cristã.

Nesse sentido, pode-se compreender o fato de Francisco falar, às vezes, simplesmente, de “opção pelos pobres” (EG, 195, 198), sem os receios, os escrúpulos e as ponderações que, em décadas anteriores, se traduziam numa série de adjetivos (preferencial, não exclusiva nem excludente etc.) que, mais que explicitar e precisar seu sentido, terminavam por enfraquecê-la e torná-la irrelevante na vida da Igreja: Já em *Puebla*, a “opção pelos pobres” é afirmada como “opção preferencial e solidária” (1134) e “não exclusiva” (1165), num tom claramente corretivo, como se pode comprovar no próprio texto (cf. 1134). *Santo Domingo* segue o mesmo caminho, falando de uma “opção evangélica e preferencial, não exclusiva nem excludente” (178). E *Aparecida*, mesmo sem o tom corretivo de *Puebla* e *Santo Domingo*, não deixa de reafirmar ou advertir que se trata de uma opção “não exclusiva, nem excludente” (392).

E, nesse mesmo sentido, pode-se compreender também sua reação contra as tentativas (teológico-ideológicas!) de relativizar e enfraquecer a opção pelos pobres: “É uma mensagem tão clara, tão direta, tão simples e eloquente que nenhuma hermenêutica eclesial tem o direito de relativizá-la. A reflexão da Igreja sobre esses textos não deveria ofuscar nem enfraquecer seu sentido exortativo, mas antes

ajudar a assumi-los com coragem e ardor. Para que complicar o que é tão simples? As elaborações conceituais hão de favorecer o contato com a realidade que pretendem explicar, e não nos afastar dela. Isso vale, sobretudo, para as exortações bíblicas que convidam, com tanta determinação, ao amor fraterno, ao serviço humilde e generoso, à justiça, à misericórdia para com o pobre” (EG, 194).

Continua tendo “uma grande atualidade” o “critério-chave de autenticidade” eclesial indicado pelo chamado Concílio de Jerusalém: não esquecer os pobres (Gl 2,10). Se há “um sinal que nunca deve faltar” entre nós, é “a opção pelos últimos, por aqueles que a sociedade descarta e lança fora” (EG, 195). Aqui se joga e se mede a autenticidade, a fidelidade e a credibilidade evangélicas da Igreja.

2. Ação pastoral

Os fundamentos teológicos da “opção pelos pobres” são claros: “deriva da nossa fé em Jesus Cristo” (EG, 186), “deriva da própria obra libertadora da graça em cada um de nós” (EG, 188). Não é uma questão meramente opcional. É algo constitutivo da fé cristã (cf. EG, 48). Por isso mesmo, os cristãos e as comunidades cristãs “são chamados, em todo lugar e circunstância, a ouvir o clamor dos pobres” (EG, 191) e a “ser instrumentos de Deus a serviço da libertação e promoção dos pobres” (EG, 187).

Mas é preciso explicitar quem são os pobres aos quais Francisco se refere e como ele compreende e propõe pastoralmente a “opção pelos pobres” na Igreja.

A) Expressão “pobre”

A expressão “pobre” tem um sentido bastante amplo para Francisco, mas não tão amplo a ponto de, cinicamente, incluir-nos a todos, como se todos fôssemos pobres. Isso, além de encobrir as injustiças e desigualdades sociais e falsificar a realidade, terminaria, na prática, negando a opção pelos pobres. Afinal, se somos todos pobres, a opção pelos pobres é opção por todos. E quando todos se tornam prioridade, ninguém mais é prioridade.

Sem dúvida, em sua ação missionária, a Igreja “há de chegar a todos, sem exceção”, mas privilegiando “não tanto aos amigos e vizinhos ricos, mas sobretudo aos pobres e aos doentes, àqueles que muitas vezes são desprezados e esquecidos” (EG, 48). Francisco tem falado muitas vezes de “periferia” para se referir ao mundo dos pobres como destinatários privilegiados da ação evangelizadora. A Igreja tem que se voltar para as periferias do mundo – “todas as periferias” (EG, 20, 30, 59): as periferias sociais e as periferias existenciais. Ela tem que “cuidar dos mais frágeis da terra” (EG, 209). Falando das “novas formas de pobreza e de fragilidade”, ele faz referência aos sem abrigo, aos toxicod dependentes, aos refugiados, aos povos indígenas, aos idosos,

aos migrantes, às mulheres, aos nascituros e ao conjunto da criação (EG, 210-215). De modo que, quando fala de “pobre” e/ou de “periferia”, Francisco fala dos excluídos (econômica, social, política, culturalmente etc.), dos pequenos, dos que sofrem, enfim, “dos mais frágeis da terra”. Esses, precisamente, têm que estar no centro das preocupações e prioridades pastorais da Igreja.

B) Orientações pastorais

Essas preocupações e prioridades devem se concretizar na vida dos cristãos e das comunidades cristãs. Não se pode ficar apenas nos “grandes princípios” e em “meras generalizações”. É preciso agir; “incidir com eficácia” nas situações de pobreza e sofrimento (cf. EG, 182). E aqui não existe receita. Depende das circunstâncias e das possibilidades de ação. Exige muita lucidez, criatividade e ousadia (cf. EG, 51, 184). Mesmo assim, Francisco faz algumas advertências e apresenta algumas diretrizes para dinamizar pastoralmente a opção pelos pobres na vida da Igreja.

Antes de tudo, a intuição e a novidade maior que vêm de Medellín e que foram se impondo teórica e pastoralmente na Igreja da América Latina e que são, sem dúvida, a contribuição maior de nossa Igreja para o conjunto da Igreja: A opção pelos pobres “envolve tanto a cooperação para resolver as causas estruturais da pobreza e promover o desenvolvimento integral dos pobres, como os gestos mais